

Mãe, Mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar

Fabiana Verza^{1,2}

Marli Kath Sattler³

Marlene Neves Strey⁴

Resumo

Este trabalho buscou compreender como se organizam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e de que forma questões de gênero se atravessam nas intervenções em Terapia Familiar. Buscou-se a partir dessa investigação, contribuições para subsidiar o entendimento de tais configurações familiares em um nível clínico e psicossocial. Trata-se de um estudo com enfoque qualitativo e delineamento exploratório-descritivo. A partir do levantamento da literatura acerca da temática da monoparentalidade feminina e da Terapia Familiar, procurou-se encontrar associações entre os aspectos teóricos e os relatos de uma mãe monoparental em atendimento clínico na modalidade de Terapia Familiar em uma instituição de Terapia Familiar de Porto Alegre-RS. Utilizou-se a Análise de Discurso proposta por Gill (2002) como técnica de análise de dados. Os resultados indicam que o protagonismo feminino na condução de uma família envolve aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional das mulheres e é atravessado por questões de gênero.

Palavras-chave: monoparentalidade feminina; família; terapia familiar.

Mother, Woman and Householder: Perspective of Gender in Family Therapy

Abstract

This study aimed at comprehending how monoparental families headed by women are organized, and in which ways gender questions influence interventions in family therapy. From this investigation, we intended to seek contributions that help to understand such family configurations at a clinical and psychosocial level. This study has a qualitative approach and an exploratory-descriptive design. Based on a research in the literature about female monoparenting and family therapy, our objective was to find associations between the theoretical framework and the accounts of a monoparental mother in clinical care in a family therapy institute from Porto Alegre-RS. We used the discourse analysis method proposed by Gill (2002) to evaluate the data. The results indicate that the female leading role in a family involves aspects related to the managing of social, affective and professional life of women and it is crossed by gender issues.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

² DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família

³ DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Keywords: *female monoparenting; family; family therapy.*

Introdução

Os núcleos familiares de apenas um genitor sempre existiram ao longo da história. Representantes opostos ao modelo patriarcal de família, tais configurações foram marginalizadas ao longo dos séculos, principalmente quando a chefia dessas famílias cabia a uma mulher. A família monoparental também custou a ser legitimada social e juridicamente por apresentar-se como antagonista ao modelo de família conjugal monogâmica, hierarquizada, constituída de pai, mãe e filhos. Entende-se por família monoparental o núcleo familiar onde vive apenas um pai ou uma mãe sem cônjuge, e com um ou vários filhos dependentes e solteiros (Wall & Lobo, 1999).

No Brasil, o reconhecimento legal da monoparentalidade (art. 226, p. 40) conferiu um novo status a tal configuração. Féres-Carneiro (2011) aponta que a constituição contemporânea da família monoparental feminina transformou-se historicamente e na atualidade já é considerada como um modelo de família autônomo, com direitos igualitários e melhor reconhecido socialmente do que há décadas atrás. Diante disso, pode-se pensar que a família monoparental da atualidade é uma das representantes da família contemporânea, não por sua singularidade ou vanguardismo e sim porque se apresenta legitimamente à sociedade como uma alternativa viável de vida familiar.

Embora essas famílias já tenham alcançado uma visibilidade social importante, estudos sobre famílias monoparentais ainda são incipientes no Brasil. Em um estudo de revisão sistemática que levantou 415 artigos produzidos acerca do impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes, nos períodos de 1955 a 2005, não foi encontrado nenhum estudo sobre monoparentalidade na amostra dos artigos nacionais indexados, e, em contrapartida, constatou-se um predomínio de 50,3% de estudos sobre essa temática nos artigos internacionais (Oliveira et al, 2008). Esse levantamento revela o quanto o fenômeno da monoparentalidade ainda é uma temática a ser estudada no país.

As famílias monoparentais já representam o segundo maior grupo familiar no Brasil, e as mulheres, dentro desse grupo, estão à frente na chefia desses lares (Sorj, Fontes & Machado, 2007). Em Porto Alegre, quase 50% dos domicílios são chefiados por mulheres e quatro em cada dez residências já está sob a chefia feminina, representando o maior índice registrado entre as capitais (IBGE, 2010).

A literatura aponta fatores determinantes de monoparentalidade como o divórcio, separação, viuvez, celibato, união livre, produção independente, abandono de um par parental, mães solteiras entre outras variáveis secundárias que contribuem para que se defina tal configuração (Santos & Santos, 2009). Essas famílias também não constituem um grupo homogêneo, uma vez que as dimensões de classe, etnia e idade interferem nas características desses agrupamentos familiares (Santos, 2008).

Quando o provedor econômico e emocional desses sistemas familiares também é do sexo feminino, surge outra variável importante para a análise desse fenômeno: o papel de gênero. Segundo Walters (1996a) as consequências sociais, econômicas e psicológicas derivadas das

famílias de único genitor ainda consistem em uma problemática feminina, visto que é com as mulheres que os filhos costumam ficar. Questões de gênero intensificam tal problemática uma vez que as mulheres acabam reduzindo o acesso a melhores condições de vida para dar conta da criação dos filhos (Bevilaqua & Buaes, 2012). A feminização da pobreza (Carvalho & Almeida, 2003) associa-se a essa realidade, bem como a desigualdade salarial entre homens e mulheres (IBGE, 2010; Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009). Tais circunstâncias acabam criando empecilhos na estruturação familiar desses núcleos.

Monoparentalidade feminina – características e questões de gênero

No que tange as relações de gênero, Strey (2007) destaca que as interações familiares promovem a construção de ideologias e estereótipos de gênero que são transmitidos transgeracionalmente. Isso implica em consequências importantes sobre como os papéis de gênero serão vivenciados em cada família e reproduzidos na sociedade.

Em configurações familiares onde a mulher é a única responsável pela sua família, a lógica da estrutura e do funcionamento familiar é baseada na não-biparentalidade e atravessada por questões de gênero. O papel da mulher chefe de família é posto à prova no âmbito público e privado, uma vez que ela precisa dar conta das responsabilidades que lhe são impostas e provar à sociedade (que nem sempre lhe favorece) que é capaz de arcar com tudo sozinha.

Além disso, essas configurações representam uma oposição ao modelo tradicional de família patriarcal chefiada por homens e com papéis parentais divididos de acordo com os princípios do poder masculino. Em função dessa complexa combinação de fatores, as famílias monoparentais femininas acabam tornando-se mais vulneráveis por uma série de motivos que envolvem a necessidade de apoio psicológico, social e econômico.

Apesar dos esforços de diferentes frentes e movimentos sociais para romper com as desigualdades de gênero, coexistem em nossa sociedade valores conservadores que reforçam estereótipos de gênero de forma impactante na subjetividade feminina. No que concerne à competência na maternidade, por exemplo, Strey (2007) destaca que a pressão cultural sobre as mulheres pode ser considerada como uma das mais fortes e persistentes.

Estudos atuais indicam que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados domésticos e de familiares dependentes como crianças, idosos e pessoas com incapacidades (Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009, Sorj, 2007, Wagner, Mossman, Predebon & Verza, 2005). Tais resultados demonstram que concepções mais igualitárias do papel de homem e mulher e de pai e mãe dentro das famílias, ainda é uma realidade em construção. No caso de famílias monoparentais femininas, a expectativa de que as mães se responsabilizem sozinhas pela criação de seus filhos acaba se naturalizando frente à pressão da sociedade e das próprias famílias, que muitas vezes se desenvolvem com crenças de que cuidado e maternagem são sinônimos.

O papel da Terapia Familiar na monoparentalidade feminina

A Terapia Familiar pode ser considerada como uma fonte de apoio às famílias que estão em busca de melhorar a sua situação. No caso de famílias monoparentais femininas, a terapia familiar acaba sendo utilizada como um espaço onde as ansiedades de uma mãe solitária podem ser compartilhadas. Antes de se constituir como uma opção, a monoparentalidade é atravessada por muitas consequências negativas quando não é programada ou esperada por algumas mulheres. Nesses casos, o sofrimento das mães, acaba ocasionando problemas de autoestima, sentimentos de culpa, fracasso e trazendo implicações na administração da tarefa parental e na qualidade de relacionamento com os filhos.

Muitas mulheres, influenciadas pela cultura e pelo contexto em que vivem, tomam como base para o sucesso, o ideal de família nuclear e acreditam ser esse o modelo que garantiria um melhor funcionamento para sua família. Baseadas em tais pressupostos, temem que seus filhos sejam catalogados como produtos de um lar desfeito, filhos ilegítimos, problemáticos, entre outras definições pejorativas (Walters, 1996b). Nessas situações as mães precisam ser reforçadas em seu papel e a família deve ser auxiliada a resgatar o seu valor e a legitimar a sua identidade enquanto estrutura uniparental.

A família monoparental feminina é apenas um dos diferentes tipos de famílias que bateram à porta das clínicas de Terapia Familiar e entraram exigindo um ajuste na “sala de atendimento”. Tanto os terapeutas quanto as famílias são herdeiros de um modelo social familiar onde as mulheres estão em desvantagem e, não reconhecer tal situação, seria redobrar essa desvantagem (Walters, 1996b). Logo, a tarefa de trabalhar “a família como ela é” e não a família “como ela deveria ser” ainda é um desafio para profissionais e para a própria família monoparental feminina, uma vez que as expectativas sociais e os estereótipos de gênero nem sempre são compatíveis com a realidade do sistema familiar em questão.

Infelizmente, famílias monoparentais ainda podem ser vistas ou percebidas como famílias incompletas ou deficitárias já que não representam o ideal social de modelo familiar: a tradicional família nuclear. Cabe aos profissionais da Terapia Familiar trabalhar no sentido de desmistificar essas representações sociais, que povoam o imaginário de muitas pessoas e podem interferir negativamente no funcionamento de muitas famílias e nas intervenções de muitos profissionais.

Muitos movimentos de transformação social aconteceram com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a lei do divórcio, o advento da pílula anticoncepcional, a revolução sexual, entre outras conquistas que a sociedade pós-moderna vem testemunhando. No entanto, criar os filhos de forma solitária ainda é um desafio e, no que concerne às mulheres, tal tarefa pode estar longe de representar uma evolução social. A sobrecarga que atinge grande parte dessas mães solitárias em sua função parental merece atenção da ciência e da Terapia Familiar, uma vez que esse é um grupo social marcado por vulnerabilidades e que precisa ser validado em sua identidade enquanto família. Diante disso, a Terapia Familiar pode ser utilizada como um recurso auxiliar para a promoção do bem estar da família e da minimização da carga emocional que recai entre seus membros.

A partir do exposto, este trabalho tem por objetivo compreender como se organizam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e analisar qual o papel da Terapia Familiar nesse processo, considerando questões de gênero. Frente a isso, buscamos entender as características que definem

a família monoparental feminina e de que maneira estudos podem contribuir para subsidiar o entendimento dessas configurações familiares em um nível clínico e psicossocial.

Método

Este estudo foi elaborado seguindo uma proposta metodológica de enfoque qualitativo e delineamento exploratório-descritivo. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa utiliza o texto como material empírico, parte da noção da construção social das realidades em estudo e investiga as perspectivas e o conhecimento dos participantes em suas práticas do cotidiano.

Delineamento do Estudo

A partir do levantamento da literatura acerca da temática da monoparentalidade feminina e da Terapia Familiar, buscou-se encontrar associações entre os aspectos teóricos encontrados nas fontes pesquisadas, com os relatos de uma mãe monoparental em atendimento clínico na modalidade de Terapia Familiar. Os atendimentos foram supervisionados *in loco* e também contaram com a supervisão relatada do caso. A equipe de apoio acompanhou as sessões através de câmera de Gesell e, a cada sessão, era realizado um relato do atendimento por um membro do grupo. O processo de Terapia Familiar já foi finalizado e teve duração de um ano. Os atendimentos foram realizados em coterapia, em uma instituição de Terapia Familiar de Porto Alegre-RS.

Sobre a família

Participaram dos atendimentos a mãe de 42 anos (P.) e sua filha de 13 anos (L.), todas identificadas neste estudo com letras fictícias. Também compõem a família B. de 7 anos e o pai das meninas que não coabita há sete anos, desde que ocorreu o divórcio. O contexto dos atendimentos girava em torno da relação da mãe com a filha mais velha, que estava apresentando problemas de comportamento na escola e na família. A relação com o ex-marido era conturbada, uma vez que a separação ocorreu em função de uma traição que originou o segundo casamento dele e o nascimento de outro filho. O pai não participava da rotina de cuidados com as filhas, e suas contribuições financeiras muitas vezes eram realizadas com base em chantagens emocionais e ameaças. Ao longo do atendimento estava fortemente presente no discurso da mãe a sobrecarga e as humilhações que estava passando enquanto mulher, pelo fato de estar na condução de sua família. Em função disso o foco do presente trabalho voltou-se à questão da monoparentalidade feminina, por considerar esta uma importante variável na complexa trama de relações que giravam em torno dessa família.

Procedimentos para coleta de dados

Considerando o delineamento do estudo, o presente trabalho teve o procedimento de coleta dividido em duas etapas:

Etapa 1 - Levantamento da literatura: com o objetivo de conhecer como as famílias monoparentais chefiadas por mulheres vêm sendo caracterizadas na literatura e nos estudos em Terapia Familiar, foi realizado um levantamento de artigos científicos indexados em bases de dados acadêmicas (Capes

periódicos, PsycINFO e SciELO) a partir do ano de 2000 e livros de referência na área de estudos em Terapia Familiar, a partir da década de 80. A busca de artigos teve como descritores os seguintes termos: família monoparental, monoparentalidade feminina e gênero, terapia familiar e família.

Etapa 2 - Levantamento das narrativas: A coleta das narrativas foi baseada nos relatos dos atendimentos. Tais relatos foram elaborados pelas terapeutas responsáveis pelo caso e pela equipe que acompanhou o processo de atendimento, na sala de espelhos, através da câmara de Gesell. Embora os atendimentos contassem com a participação da filha, são enfocados nesse trabalho, apenas os depoimentos da mãe, uma vez que o objetivo é levantar as características da monoparentalidade feminina e sua relação com a Terapia Familiar. Todos os procedimentos éticos foram devidamente tomados e a participante envolvida nesse trabalho consentiu em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previsto pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Procedimentos para análise de dados

Segundo Gil, (1996), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador realizar uma cobertura sobre um determinado tema ou fenômeno de forma mais ampla do que poderia pesquisar diretamente. Uma vez concluído o levantamento da literatura, e conhecido o estado da arte acerca da temática da monoparentalidade feminina, foi possível realizar a análise do discurso a partir das narrativas da mãe monoparental em atendimento. A Análise de Discurso é uma técnica que permite a realização de uma leitura cuidadosa que se movimenta entre o texto e o contexto com o fim de examinar o conteúdo e as funções do discurso (Gill, 2002). Tal técnica permite ao/a pesquisador/a identificar as subjetividades presentes no discurso. A fim de compreender as subjetividades, peculiaridades e idiosincrasias envolvidas nos depoimentos de uma mãe monoparental feminina em processo de terapia familiar, utilizou-se a Análise de Discurso proposta por Gill (2002) como técnica para analisar os dados.

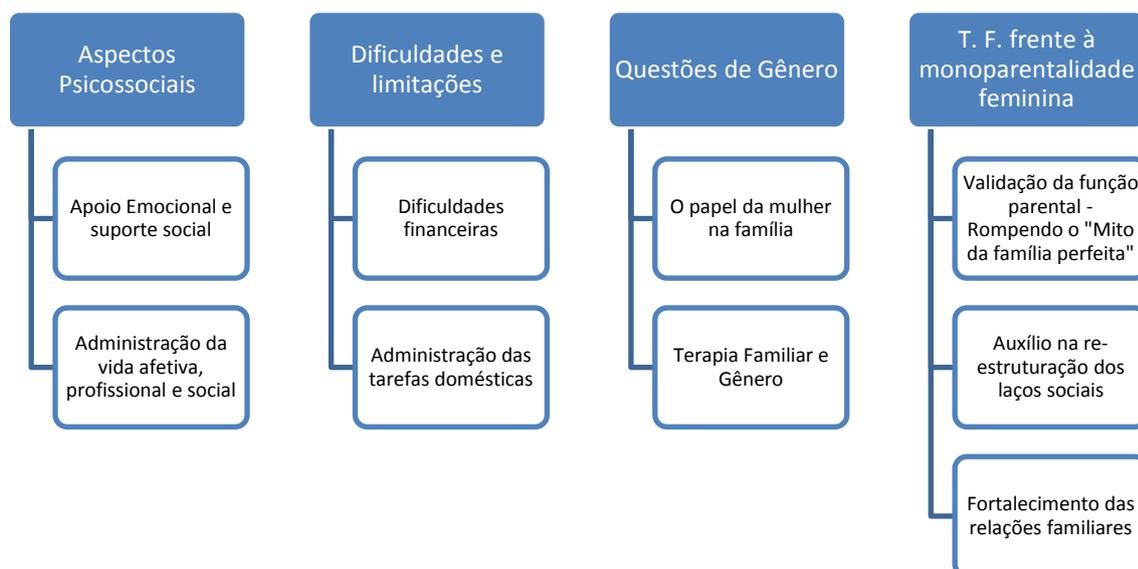
Resultados e Discussão

Segundo McGoldrick (2003), a sociedade se organiza diante de uma estruturação social invisível quanto ao gênero, classe e cultura e em função disso aprende-se a ignorar o que não se adapta aos valores da cultura dominante. Esse exercício para manter invisível o que coloca em risco o sentimento de segurança ou senso de pertencimento (McGoldrick, 2003) pode ser entendido como uma reação humana frente ao desejo de conviver em alguma estrutura com um mínimo de organização. Seguindo esta lógica, as interferências quanto ao gênero, classe, cultura entre outros aspectos, tornam-se “visíveis” apenas aos olhos de quem quer “vê-las”. Então, tornar visível a monoparentalidade feminina, também é conhecer o que uma mulher-protagonista, responsável principal pela manutenção e funcionamento de seu sistema familiar, representa para a sociedade e para as famílias na atualidade.

Dentro dessa perspectiva, os resultados deste estudo serão apresentados seguindo a lógica da “visibilidade”, procurando destacar como o movimento entre o texto e o contexto proposto por Gill

(2002) podem tornar visíveis “aos olhos de quem quer ver” os discursos, as subjetividades e as diferentes perspectivas implicadas no fenômeno da monoparentalidade feminina. Os resultados da análise serão apresentados em tópicos com eixos norteadores e seus derivados, conforme o apresenta a figura abaixo:

Figura I: Apresentação dos Resultados



Aspectos psicossociais

Apoio emocional e suporte social

De acordo com Carter e McGoldrick (2001), mulheres têm um papel central em termos emocionais dentro de um sistema familiar. Em famílias monoparentais femininas, esse papel fica acentuado e merece atenção da Terapia Familiar. A sobrecarga com os cuidados dos filhos eleva o nível de estresse na família e afeta a todos os membros do sistema familiar.

“Preciso te contar o que a L. aprontou...não sei o que fazer...se fosse em outros tempos tinha batido nela como já fiz outras vezes, depois me arrependia...”

Em situações onde a tarefa parental não é dividida com um parceiro ou com outras pessoas que ofereçam um suporte necessário, muitas mães se sentem desamparadas e necessitam de apoio emocional para dar conta das demandas de sua família. Mães não se sentem satisfeitas com a tarefa de cuidarem sozinhas dos filhos e muitas relatam sentimento de solidão (Grzybowski, 2002; Féres-Carneiro, 2003).

No entanto, mães com redes sociais de apoio apresentam comportamento materno mais adequado e sentem-se mais amparadas em sua função parental (Carvalho & Almeida, 2003). Bevilaqua e Buaes (2012) destacam que a chefia feminina também favorece uma escolha que possibilita liberdade e reconhecimento quando a mulher se desliga de um relacionamento opressor para assumir uma nova relação consigo e com os filhos. Nesse sentido, trabalhar as funções e papéis

de cada membro do sistema familiar e auxiliar na busca por rede de apoio são tarefas importantes da Terapia Familiar. A família deve saber com quem pode contar e ter claro para si, qual o papel de cada um para o bom funcionamento do sistema familiar.

Administração da vida afetiva, profissional e social

A fase do ciclo vital dos filhos interfere na forma como se desenvolve a monoparentalidade feminina e na maneira como as mães organizam sua vida social, amorosa e profissional (Carter e McGoldrick, 2001).

“Consegui sair para tomar uma cervejinha, só que levei a L. junto e deixei a B. (7 anos) sozinha em casa, mas o bar era perto”.

Para executar atividades simples do cotidiano, muitas vezes é necessária uma logística complexa e elaborada em famílias com único genitor. A dúvida: “com quem deixar os filhos?”, que impera no raciocínio de qualquer mãe ou cuidador, é responsável pela tomada de importantes decisões nas famílias. Planos de vida, escolhas e opções, desde as mais simples até as mais sofisticadas, passam pela condição da monoparentalidade feminina. Daí a importância de tornar “visível” toda e qualquer situação que interfira no funcionamento familiar.

Em famílias com uma única responsável, a administração de tarefas do ciclo vital pode requerer algumas adaptações e apresentar alguns empecilhos, no entanto, não inviabiliza a realização de qualquer projeto quando ele se torna “visível” aos olhos de quem o idealiza. Saber enxergar até onde é possível chegar, em termos de planos e realizações, amplia as possibilidades de conviver em condições viáveis de satisfação familiar.

Dificuldades e limitações

Dificuldades financeiras

A preocupação com a instabilidade econômica na manutenção do sustento da família ocupa tempo e energia gerando desgaste emocional (Dessen & Braz, 2005).

“Eu não sei de onde vou tirar dinheiro para pagar a conta do telefone...”

A administração das finanças da casa é uma tarefa que exige disciplina e controle de gastos. Conflitos familiares podem surgir em famílias que consomem além do previsto no orçamento. Quando o responsável pelo sustento da família está sozinho, o desafio de dar conta dessa tarefa é ainda maior.

Administração das tarefas domésticas

“Lavar a louça e recolher a roupa é tarefa dela. Eu também chego em casa cansada do trabalho, ninguém faz nada para mim e não podemos ter faxineira...”

Mães costumam incluir as filhas na administração das tarefas domésticas, rotinas, rituais, manejo das finanças, alimentação, e todos os aspectos do cotidiano familiar (Walters, 1996a). Essas relações intensificam a responsabilidade feminina sobre o funcionamento da vida familiar. Consequentemente, quando o gerenciamento de tais atividades falha, aumentam os conflitos entre as “mulheres” da casa.

O legado de que as mulheres são as “rainhas do lar” deixou heranças nas relações de gênero e ainda interferem na organização de alguns ambientes domésticos. A carga de responsabilidades com a manutenção da vida privada acaba sendo transmitida transgeracionalmente e, em muitas situações, intensificando conflitos na divisão de tarefas familiares.

Questões de gênero

O papel da mulher na família

A posição social que as mulheres ocupam e a divisão sexual do trabalho ainda não são igualitárias (Pinheiro; Galiza & Fontoura, 2009). A violência de gênero se manifesta em atitudes discriminatórias e relações de poder desigual onde os direitos e a dignidade das mulheres são violados sob as mais diferentes formas de opressão. A verbalização abaixo denuncia um episódio no qual P. foi assediada por seu ex-marido que sugeriu auxílio econômico em troca de favores sexuais. *“Nem sempre dá para contar com ele (o pai), agora tá me dizendo: tu sabe como vir pegar o dinheiro...”*.

De acordo com McGoldrick (2003), existe uma natureza desigual na criação dos filhos, que mantém os padrões do patriarcado e a discriminação sexual na estrutura do cuidado com a criança. Tais prerrogativas interferem negativamente na constituição da subjetividade feminina. Sentimentos de fracasso, culpa e desamparo podem estar mais latentes quando as mães consideram suas habilidades parentais reduzidas ou incompletas em função da falta de um par parental.

“Às vezes eu me tranco no banheiro e choro...”.

De modo geral, as mulheres ainda são as cuidadoras de referência (Sorj, 2007) (ou de preferência?) de suas famílias e, de acordo com Ravazzola (1990), também são as que buscam por Terapia Familiar, abrindo o seu sistema familiar e solicitando ajuda. Ravazzola (1990) classifica os motivos de busca por Terapia Familiar por parte das mulheres, em três itens: quando elas se consideram inadequadas no manejo com a sua família; quando supõem que o terapeuta deve produzir mudanças em seu parceiro; ou quando consideram que os filhos estão sofrendo e apresentando sintomas.

No entanto, independente do funcionamento de cada família e dos motivos que as fazem buscar por Terapia Familiar, não podemos tornar “invisíveis” as expectativas sociais sobre a competência na maternidade e a responsabilidade com o “sucesso” da família que recai sobre as mulheres e reverbera de diferentes formas no sistema familiar e na sociedade. Sentimentos de insatisfação que venham a acometer algumas mulheres na condição de mães monoparentais podem estar relacionados aos fatores sociais e de gênero que as impedem de exercer sua liberdade e autonomia no exercício da parentalidade.

Terapia Familiar e gênero

As atribuições e expectativas sociais sobre um determinado papel e o que se espera de uma determinada cultura não representam as condutas reais e concretas das pessoas e sim se

configuram em um espaço ilusório (Ravazzola, 2009). Segundo a autora, no esforço de manter esse espaço ilusório, armadilhas anestésicas são criadas e apresentadas nas formas como homens e mulheres, (e por que não terapeutas?) se apresentam em sua vida cotidiana e nas suas atividades profissionais. Neste sentido, terapeutas “anestesiados” podem estar defendendo o prestígio de lugares sociais atribuídos pela cultura e pelos valores de uma sociedade e não pela lógica do bem estar das pessoas implicadas no processo terapêutico.

Para romper essa lógica, uma mulher chefe de família deve ser ouvida e tratada sob o prisma da igualdade de gênero, uma vez que as hierarquias de sexo não as favorecem. Goodrich et al, (1989) descrevem que existem estereótipos presentes na percepção de terapeutas e na forma como a própria família monoparental feminina se enxerga. Exemplo disso é a ideia de “supermãe” que dá conta de tudo sozinha e a de “mãe matriarca”, que faz com que todas as relações girem em torno de si, e a de “mãe de uma família incompleta”, onde as causas de qualquer problema familiar são justificadas por essa condição.

Diante de tais pressupostos, a/o terapeuta pode auxiliar a mãe-mulher a não cair em armadilhas, que segundo Ravazzola, (2009) são impostas implícita ou explicitamente pela sociedade através de ideias, discursos, expectativas generificadas, etc. A busca pelo bem estar de uma família deve estar alicerçada na liberdade de expressão entre seus membros e na originalidade de sentimentos vivenciados nas relações. A ideia (ou armadilha?) de maternidade compulsória trata de uma prescrição patriarcal, regulada por mitos e discursos, que pressupõem a experiência da maternidade como tarefa fundamental ao sentimento de completude das mulheres (Narvaz e Koller, 2006). Tais prescrições normativas de comportamento acabam gerando sentimentos de fracasso e frustração a cada tentativa de criação dos filhos que não dá certo (talvez daí a insígnia generificada que perdura nos discursos femininos e ecoa quase que universalmente sob a combinação de dúvida e culpa: “onde foi que eu errei?!”).

A posição “anestésica e ilusória” criada por Ravazzola (2009) pode ser entendida como um recurso compensatório na tentativa de administrar sentimentos diversos vivenciados por mães sozinhas em sua tarefa parental. Nesse sentido, cabe a/ao terapeuta familiar, auxiliar a família a se re-conectar com sua estrutura familiar tal como ela é, mesmo que feridas sejam expostas e dores e dificuldades vivenciadas. A partir desse processo, os membros de uma família poderão planejar alternativas viáveis ao funcionamento do seu sistema familiar. Seguindo essa lógica, não se pode mais esperar que uma mãe seja “pai e mãe” e sim, apenas uma mãe dentro do que lhe é possível ser.

A Terapia Familiar frente à monoparentalidade feminina

Uma vez mapeados os aspectos psicossociais e questões de gênero implicados no estudo da monoparentalidade feminina, cabe destacar como a Terapia Familiar pode contribuir para a compreensão desse fenômeno. A proposta é levantar ideias sobre estratégias de intervenção com famílias monoparentais femininas, buscando dar visibilidade às ações terapêuticas utilizadas no atendimento a famílias com tal configuração. As estratégias de validação da função parental, auxílio na re-estruturação dos laços sociais e fortalecimento das relações familiares apresentaram-se como

alternativas eficazes de intervenção terapêutica pois promoveram mudanças positivas na família. Ao longo do processo de atendimento, foi possível auxiliar P. a se reconectar com seus recursos e a desenvolver habilidades importantes para o bom funcionamento do seu sistema familiar.

Validação da função parental – Rompendo o “Mito da família perfeita”

“Eu casei para construir uma família, uma família que eu não tive...”

Segundo Andolfi e Angelo (1989), o mito familiar surge a partir da falta de explicações plausíveis sobre temáticas importantes relacionadas à vida, morte, medo, solidão, entre outras. Através do mito, criam-se histórias onde fantasia e realidade se misturam na tentativa de construir um enredo aceitável sobre determinado fenômeno. Tais enredos são edificadas com o intuito de suprir necessidades afetivas.

O “mito da família perfeita” não é originário de uma determinada família ou de uma situação em especial, no entanto, ele se faz presente no imaginário social das mais diferentes culturas. Esse mito, na cultura ocidental pós-moderna, é herdeiro de um ideal social baseado no patriarcado. Embora as famílias já não sejam as mesmas dos séculos passados, e as mulheres tenham se tornado “visíveis” aos olhos da sociedade, parece que o mito da família perfeita insiste em se oferecer como um modelo exclusivo de sucesso.

Baseadas nesse “mito”, muitas “mães-mulheres”, atormentadas pelo medo de errar na criação dos filhos, podem desmoronar diante de qualquer deslizamento em sua função parental. Essa é uma herança ingrata, que reforça “antigos” sentimentos de incompetência e opressão, que paralisaram mulheres em suas ações ao longo de anos. Nesse sentido, cabe ao terapeuta familiar, auxiliar mulheres, mães de família, a desmistificar mitos acerca de sua competência parental e validar a sua função como cuidadoras, respeitando o seu espaço individual e na sociedade. O que precisa ser “visto” é que mães “não padecem” e nem “adoecem” no paraíso, porque o paraíso não existe, ele também é mítico. . A partir do momento em que P. conseguiu reconhecer a existência desse “mito”, abriu-se um espaço para a desconstrução do mesmo.

Auxílio na re-estruturação dos laços sociais

“Agora voltei a namorar”.

A retomada da vida social e das relações amorosas por parte da mãe interfere em todo o sistema familiar. Muitos filhos podem reagir como se estivessem perdendo a “exclusividade” que tinham com o seu genitor (Minuchin & Nichols, 1995). Outros podem vivenciar essa experiência como uma oportunidade para criar novos laços de convivência e afetividade. A Terapia Familiar pode auxiliar as famílias a se ajustarem à entrada de um novo membro no sistema, respeitando o tempo que cada um necessita para se adaptar às mudanças. No caso de P. essa foi uma experiência encorajadora e estimulante para que demais mudanças de comportamento ocorressem.

Fortalecimento das relações familiares.

“Contigo aprendi a ser mãe de adolescente, errando e aprendendo. Hoje posso te dizer que voltamos a nos aproximar e que eu te amo muito”.

A família precisa se ajustar às mudanças do ciclo vital e a intensidade de controle parental sobre os filhos deve ser congruente com a fase do ciclo vital em que eles se encontram. Atitudes e comportamentos que se inauguram conforme os filhos vão crescendo, costumam causar grandes impactos na família. O manejo parental frente a essas mudanças exige um esforço e adaptação de todos os membros do sistema e muitas famílias precisam de auxílio para dar conta dessa tarefa. Intervenções terapêuticas baseadas em estratégias psico-educativas e noções de desenvolvimento humano promovem na família um entendimento sobre como ela está funcionando naquele momento. As mudanças interferem na qualidade da relação familiar muitas vezes causando estranhamento e afastamento entre os seus membros. Atitudes e cuidados parentais que antes eram protetivos podem se tornar invasivos e inadequados e gerar conflitos entre as gerações. Nessas situações, a Terapia Familiar pode ser um espaço para a elaboração de novos referenciais e estratégias de convívio que promovam o fortalecimento de vínculos familiares.

P. teve que modular o seu nível de controle sobre a filha adolescente pois a cumplicidade entre mãe e filha da época da infância teve que ser ajustada ao momento do ciclo vital a qual ambas estavam envolvidas. Essa foi uma tarefa muito trabalhada ao longo das sessões e na etapa final da terapia familiar, P. assinalou que conseguiu aprender a ser mãe de uma filha adolescente.

Segundo Walters (1996a), as mães que conduzem sozinhas a sua família, integram em uma só pessoa, funções parentais como a de impor limites e afeto, prover meios de sobrevivência e preparar que os filhos se mantenham sozinhos. Então, a mãe em configurações monoparentais femininas também é a referência para onde convergem os mais variados sentimentos dos filhos. “Errar” e “acertar” é inerente à condição parental, no entanto nessas famílias em específico, os “erros” e “acertos” acabam ficando centralizados na figura da mãe. Diante disso, o propósito da Terapia Familiar deve ser o de trabalhar as potencialidades e limitações de cada família, independente de como ela é.

Considerações finais

A condição de monoparentalidade feminina é complexa e multifatorial e as repercussões desse fenômeno podem ser vivenciadas positiva ou negativamente pela família e seus membros. A partir dos resultados apresentados foi possível compreender como se organiza uma família chefiada por mulher conhecendo aspectos facilitadores e dificultadores que se impõem a esses sistemas familiares em específico.

Aspectos culturais e socioeconômicos são fundamentais para o entendimento da monoparentalidade feminina e para compreender a reverberação desse fenômeno na família e na sociedade. O mesmo ocorre com as questões de gênero, que revelaram o quanto ser mãe, mulher e chefe de família ainda é uma tarefa hercúlea e cheia de desafios. O protagonismo feminino na condução de uma família envolve aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional das mulheres.

Portanto, quebras de paradigmas ainda são necessárias no sentido de romper com concepções normativas e estereotipadas de gênero, que mesmo nos dias atuais, promovem percepções distorcidas sobre o papel da mulher na família e na sociedade. A ideia de que “mãe” sempre dá conta

de tudo é reducionista e implica em consequências importantes na forma como a parentalidade pode ser concebida.

As expectativas e significados que cada família atribui às suas vivências são exclusivas e genuínas, no entanto não são construídas de forma isolada do contexto social. As vivências e repercussões da monoparentalidade feminina se refletem na esfera pública e privada e, portanto, elevam essa condição a uma questão social. É papel de todas e todos encararem a monoparentalidade feminina como uma alternativa viável de família, a partir do conhecimento de suas demandas, necessidades e peculiaridades.

Nesse sentido, a Terapia Familiar tem uma importante responsabilidade no reconhecimento, tratamento e acompanhamento dessas famílias, uma vez que é uma das portas de entrada para esses sistemas familiares, quando os mesmos buscam por ajuda. A/O terapeuta familiar deve estar atenta/o à forma como a família se percebe no mundo. A partir desses movimentos, cabe à/ao terapeuta trabalhar no sentido de validar as famílias em sua estrutura e oportunizar que elas se sintam bem resolvidas em seu sistema.

Para isso, intervenções terapêuticas devem ser utilizadas com o propósito de estimular que as famílias se organizem de acordo com as suas potencialidades e evitar que fiquem paralisadas por suas limitações. Devemos nos direcionar frente a uma terapia familiar não sexista onde as relações de gênero ocupem o lugar que merecem e saiam de invisibilidade descrita por diversos críticos da terapia familiar clássica. Frente a isso, as/os terapeutas familiares devem repensar as suas intervenções terapêuticas, considerando as expectativas de gênero das famílias e dos próprios profissionais que as atendem, a fim de não reforçar no sistema familiar, a ilusão do mito da família perfeita, onde papéis são distribuídos de acordo com o gênero. Dentro dessa perspectiva, cada membro deve saber o seu papel em sua família e ter condições de exercer as suas funções de forma igualitária e congruente com a realidade.

Pode-se concluir então, que estudos na área da Terapia Familiar e monoparentalidade se fazem necessários em função da relevância social do tema e frente às mudanças ocorridas nas famílias nas últimas décadas. É dever da Terapia Familiar e dos profissionais que a representam rever o seu potencial de aplicabilidade, uma vez que a prática terapêutica tradicional se limita apenas às famílias que procuram ajuda. A partir de investimento em projetos de prevenção e intervenção, o foco de abrangência do trabalho terapêutico se amplia para além das clínicas e consultórios privados podendo atingir as mais diferentes famílias nas mais diversas situações.

Por fim, embora o trabalho tenha sido baseado no atendimento de uma família específica, fica o desejo de que os resultados deste estudo sirvam de exemplo para o entendimento das demais famílias monoparentais femininas, que em suas singularidades contribuem para a continuidade da família em suas mais diversas configurações.

Referências

Andolfi, M. & Ângelo, C. (1989). Construção do mito familiar e sua evolução em terapia. In *Tempo e mito em psicoterapia familiar* (p.77-92). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bevilaqua, C. F., & Buaes, C. S. (2012). Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares. *Psicologia Argumento*, 30(68), 99-108, jan./mar.
- Carvalho, I. M. M. de; & Almeida, P. H. de (2003). Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 109–122.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs). *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.132-151). Porto Alegre: Artmed.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 201-214). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. C., Moreira; E. P., Rabinovich (orgs.). *Família e parentalidade: Olhares da psicologia e da história* (pp. 117 – 133). Curitiba: Juruá Editora.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Goodrich, J. T.; Rampage, C.; Ellman, B. & Halstead, K. (1989). *Terapia familiar feminista*. Buenos Aires: Paidós.
- Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gill, R. (2002). Análise de discurso. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 244-270). Petrópolis: Vozes.
- Grzybowski, L. S. (2002). Famílias monoparentais: Mulheres divorciadas chefes de família. In A. Wagner (Org.). *Família em cena: Tramas, dramas e transformações* (pp. 39-53). Petrópolis: Vozes.
- IBGE (2010). *Síntese de indicadores sociais 2010 – PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* [Internet]. Recuperado em: 18/11/2012, disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2008/Tabelas/.
- McGoldrick, M. (2003). Pertencimento e libertação: Encontrando um lugar chamado “Lar”. In *Novas abordagens da terapia familiar: Raça, cultura e gênero na prática clínica* (pp.244-260). São Paulo: Roca.
- Minuchin, S. & Nichols, M. (1995). *A cura da família: Histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Família e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Oliveira, D.; Siqueira, A.; Dell’aglio, D. D. & Lopes, R. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.

- Pinheiro, L.; Galiza, M. & Fontoura, N. (2009). Dossiê retrato das desigualdades de gênero e raça – Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: A licença – parental como política pública para lidar com essas tensões. *Estudos Feministas*, 17(3), 851-859.
- Ravazzola, C. (2009). Gênero e terapias sistêmicas. *Pensando Famílias*, 13(2), 83-95.
- Ravazzola, C. (1990). Las mujeres y la terapia familiar: La difícil inclusión del contexto género en las terapias contextuales. *Sistemas Familiares*, VI(1), 55-67.
- Santos, do A. T. (2008). Famílias chefiadas por mulheres: Permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. *Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder*. Florianópolis.
- Strey, M. (2007). Gênero, família e sociedade. In M. Strey, J. A. Silva Neto, R. L. Horta *Família e gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Sorj, B. (2007). Pesquisas comparativas: Uma análise crítica dos indicadores de gênero. *Z Ensaio*. Ano III(3), Ago/Nov.
- Sorj, B.; Fontes, A. & Machado, D. C. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre famílias e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, 37(132), set/dez., 573-594.
- Wagner, A.; Predebon, J. C. F.; Mosmann, C. P. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.
- Wall, K.; Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, XXXIV(150), 123-145.
- Walters, M. (1996a). Madres e hijas. In M. Walters; .Carter; P. Papp & O. Silverstein *La Red invisible: Pautas vinculadas al género en las relaciones familiares* (pp.49-82). Barcelona: Paidós.
- Walters, M. (1996b). Hacia una perspectiva feminista em la terapia familiar. In M. Walters; .Carter; P. Papp & O. Silverstein *La Red Invisible: pautas vinculadas al género en las relaciones familiares* (pp.29-46). Barcelona: Paidós.

Endereço para correspondência

fabianaverza@hotmail.com

Enviado em 01/06/2015

1ª revisão em 09/07/2015

Aceito em 23/07/2015